

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO (FAAC)
CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

BEATRIZ ROTOLO

**DIREITO AO ESQUECIMENTO DOS INTERNOS E EX-INTERNOS DA
FUNDAÇÃO CASA DE RIO CLARO: O RELACIONAMENTO DA UNIÃO DE
AMIGOS DE RIO CLARO COM OS JOVENS**

BAURU
2019

BEATRIZ ROTOLO

**DIREITO AO ESQUECIMENTO DOS INTERNOS E EX-INTERNOS DA
FUNDAÇÃO CASA DE RIO CLARO: O RELACIONAMENTO DA UNIÃO DE
AMIGOS DE RIO CLARO COM OS JOVENS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Públicas sob orientação do Prof. Associado Carlo José Napolitano do Departamento de Ciências Humanas.

BAURU
2019

BEATRIZ ROTOLO

**DIREITO AO ESQUECIMENTO DOS INTERNOS E EX-INTERNOS DA
FUNDAÇÃO CASA DE RIO CLARO: O RELACIONAMENTO DA UNIÃO DE
AMIGOS DE RIO CLARO COM OS JOVENS**

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Associado Carlo José Napolitano
Departamento de Ciências Humanas – FAAC/Unesp
Orientador

Profa. Associada Maria Cristina Gobbi
Departamento de Comunicação Social – FAAC/Unesp

Profa. Dra. Raquel Cabral
Departamento de Comunicação Social – FAAC/Unesp

BAURU
2019

A todos os jovens

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, que me deu a oportunidade da vida e que iluminou meu caminho nesses quatro anos, dando forças para finalizar essa jornada.

Ao meu pai, Francesco Rotolo, fonte de inspiração e à minha mãe, Silvana Scopinho Rotolo, fonte de carinho inestimável.

Ao meu companheiro, Mickael Martins Rodrigues, e sua família, por toda paciência e compreensão nessa caminhada de dias bons e ruins.

Ao meu orientador, Carlo José Napolitano, por todo conhecimento e aprendizado compartilhado.

À toda a equipe da União de Amigos de Rio Claro, em especial Suelen Vanin, por todo carinho e atenção durante meu estudo sobre o tema.

À Fundação CASA de Rio Claro e a Karin Valle Machado, da Fundação CASA de São Paulo, pela disponibilidade e por me receber tão bem.

Ao Vagner Luiz Carvalho, por gentilmente ter compartilhado sua história para embasar este trabalho.

À Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, pública e de qualidade, por proporcionar a minha mudança de menina para mulher, por me tornar uma excelente profissional e uma pessoa com sede de mudar o mundo para melhor.

Aos meus amigos, pelo privilégio de conviver com pessoas tão distintas e aprender tanto com isso.

As professoras doutoras Maria Cristina Gobbi e Raquel Cabral, membros da banca examinadora, por aceitarem o convite e pelas avaliações pertinentes a este trabalho.

À empresa Rede do Banco Itaú que sempre me apoiou nos estudos e acreditou no meu potencial como profissional.

*"Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho
caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar."*

*"Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade
muda."*

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo analisar como o relacionamento de uma organização de terceiro setor, especificamente a União de Amigos de Rio Claro, dentro de um órgão público de administração governamental, a Fundação CASA de Rio Claro, pode auxiliar no direito ao esquecimento aplicado na prática, dentro de situação cotidianas desses jovens internos e ex-internos. Para isso, foram feitas análises documentais e das mídias digitais da União de Amigos de Rio Claro, uma visita guiada pela relações-públicas da Fundação CASA de São Paulo dentro da sede da Fundação CASA de Rio Claro, levantamentos bibliográficos sobre os temas que estão relacionados ao direito ao esquecimento e uma entrevista em profundidade com Vagner Luiz Carvalho, que passou duas vezes pela medida socioeducativa da Fundação CASA de Rio Claro e com Suelen Fernanda Vanin, Coordenadora Técnica III da União de Amigos de Rio Claro, e antiga funcionária da Fundação CASA de Rio Claro. Com isso, foi desenvolvido que através da gestão compartilhada, os casos de reincidência são menores, já que estes jovens são desenvolvidos quando internos pela Fundação CASA e pela União de Amigos de Rio Claro e acompanhados e estimulados a continuar se desenvolvendo pessoal e profissionalmente, juntamente com as suas famílias, pela União de Amigos de Rio Claro, após a saída da Fundação.

Palavras-chave: Comunicação Educativa; Cidadania; Fundação CASA; Direito ao Esquecimento; Relações Públicas.

ABSTRACT

This course conclusion paper aims to analyze how the relationship of a third sector organization, specifically the União de Amigos de Rio Claro, within a public government administration body, the CASA de Rio Claro Foundation, can assist in the right to forgetfulness applied in practice, within the daily situation of these young interns and ex-interns. To this end, documentary and digital analyzes of the União de Amigos de Rio Claro were made, a guided tour by the CASA de São Paulo Foundation public relations inside the headquarters of the CASA de Rio Claro Foundation, bibliographical surveys on the related topics to the right to be forgotten and an in-depth interview with Vagner Luiz Carvalho, who twice went through the socio-educational measure of the CASA de Rio Claro Foundation and with Suelen Fernanda Vanin, Technical Coordinator III of the União de Amigos de Rio Claro, and former employee of the CASA Foundation from Rio Claro. As a result, it was developed that through shared management, cases of recidivism are lower, as these young people are developed when interned by the CASA Foundation and the Union of Friends of Rio Claro and accompanied and encouraged to continue developing personally and professionally, together with their families, by the União de Amigos de Rio Claro, after leaving the Foundation.

Keywords: Educational Communication; Citizenship; CASA Foundation; Right to Forgetfulness; Public relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- QUADROS

Quadro 1	Quadro presente em Terceiro Setor na América Latina	25
-----------------	---	-----------

- FIGURAS

Figura 1	Parceria da UDAM para a realização dos projetos	30
Figura 2	Página Inicial do site da União de Amigos de Rio Claro	33
Figura 3	Publicação orçamentária da UDAM no Facebook	34
Figura 4	Site da UDAM - Transparência	35
Figura 5	Post do Facebook da UDAM sobre Curso de Panificação	46

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CONSTRUÇÕES INDIVIDUAIS E SOCIAIS EM TORNO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO	14
2.1	Sociedade da Informação	14
2.2	Imagem e Identidade	15
2.3	Direito ao Esquecimento	17
3	O TERCEIRO SETOR E SEU PAPEL NA SOCIEDADE: UM ESTUDO SOBRE A UNIÃO DE AMIGOS DE RIO CLARO	24
3.1	Classificação de setores e o papel do terceiro setor	24
3.2	História da UDAM	26
3.3	Sobre a UDAM	27
3.4	Estratégias comunicacionais da UDAM	31
3.5	Comunicação Pública com ênfase na Comunicação Solidária Educativa	35
4	SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DA FUNDAÇÃO CASA DE RIO CLARO	38
4.1	Governo atual e seu posicionamento sobre a ressocialização	38
4.2	História e dados sobre a Fundação CASA de Rio Claro	40
4.3	A gestão compartilhada com a União de Amigos	42
<i>4.3.1</i>	<i>Análise da entrevista</i>	44
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	51
	ANEXO A – Rotina dos internos da fundação casa de Rio Claro	53
	ANEXO B – Termo de autorização de entrevista e de uso de informações	54
	ANEXO C – Termo de autorização de entrevista e de uso de informações	55

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso foi motivado pela história de Vagner Luiz Carvalho, que é reconhecida na região de Rio Claro, pois a partir de cursos profissionalizantes de elétrica/hidráulica e padaria/confeitaria realizados durante a internação, desenvolvidos fruto da gestão compartilhada entre União de Amigos e Fundação CASA de Rio Claro, foi que Vagner construiu sua carreira profissional e se tornou um famoso padeiro da cidade, com seu pão de leite ninho. Atualmente, Vagner promove palestras onde conta como sua trajetória foi mudada através do seu relacionamento com a União de Amigos no período de internação dentro da Fundação CASA de Rio Claro.

Além disso, no município ele também se tornou fonte de inspiração para muitos jovens que estão nesse contexto de risco e vulnerabilidade social e hoje realiza ações de evangelismo dentro da Fundação CASA de Rio Claro.

Ademais, tive a oportunidade de conhecer melhor a União de Amigos de Rio Claro através de meu pai, Francesco Rotolo, que foi um dos coordenadores da organização e assim, participamos de eventos, campanhas e ações realizadas por ela. Por conta disso, há uma grande facilidade no acesso das informações sobre os projetos, a história e os participantes da UDAM, sigla como é conhecida.

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é compreender como o relacionamento com uma organização de terceiro setor, especificamente a União de Amigos de Rio Claro, dentro de um órgão público de administração governamental, a Fundação CASA de Rio Claro, pode auxiliar no direito ao esquecimento aplicado na prática, dentro das situações cotidianas desses jovens internos e ex-internos.

Para desenvolver o objetivo geral e os específicos, cada capítulo levantou conceitos que auxiliassem na maior compreensão sobre o tema. Com isso, o primeiro capítulo desenvolve que o cotidiano atual é marcado pela grande quantidade de informações que circulam rapidamente e esse fato traz como consequência o poder de controlar as relações humanas, uma vez que a alta exposição pode macular ou estimular a imagem positiva de determinada pessoa ou organização. Dessa forma, através de um levantamento bibliográfico sobre teóricos da área, foram pesquisadas teorias sobre a sociedade da informação, que é marcada pela forte presença dentro das redes sociais midiáticas, na qual seus conhecimentos são baseados e transacionados dentro dessas mídias que cada vez mais possuem suas vidas e informações pessoais dentro de um contexto da super-exposição.

Desse modo, na sociedade atual, as informações podem ser perpétuas e prejudicar o desenvolvimento social e pessoal, principalmente dos jovens internos e ex-internos da Fundação CASA de Rio Claro. Portanto, se faz necessário que não sejam julgados novamente pelos três setores, a sociedade, Estado e principalmente o mercado, para que após sua saída da internação, reconstruam sua imagem e identidade como atores sociais dentro do sistema atual. Por conta disso, aproximando dos conceitos sobre imagem e identidade traçados no decorrer do curso de Relações Públicas, foram escolhidos autores, a partir de um levantamento bibliográfico, que discorrem sobre essa temática de imagem e identidade, imagem pública e auto-imagem.

Nesse cenário imagético se insere o direito ao esquecimento, que por sua vez, seu desenvolvimento e importância no cotidiano dos jovens internos e ex-internos da Fundação CASA são dois dos objetivos específicos deste trabalho. Sendo assim, a partir de um levantamento bibliográfico é traçado o quanto é importante que as informações pessoais do passado do indivíduo não estejam sempre presentes, pois ele mesmo não deseja revivê-las ou torná-las públicas, para que não se abra um segundo julgamento, dentro dos meios midiáticos e no contexto das relações cotidianas.

Ainda no primeiro capítulo, para melhor entendimento do tema, abre-se uma discussão sobre o impasse entre o direito à privacidade e o direito à expressão, levantando os conceitos necessários dos dois direitos previstos em leis que auxiliam na construção do direito ao esquecimento e no aumento de sua visibilidade. Ademais, destaca-se que o direito ao esquecimento faz intermédio entre a privacidade e a expressão, que diminuem e aumentam respectivamente e gradativamente dentro da sociedade da informação, e por conta disso, é necessária a construção de limites entre ambos.

Já o segundo capítulo, se desenvolve através dos demais objetivos específicos que identificam qual o papel de uma organização de terceiro setor, em especial a UDAM, os apontamentos sobre os trabalhos que ela realiza e suas estratégias de comunicação para manter o relacionamento com os demais setores, o Estado e a sociedade. Dentro desse capítulo, a metodologia utilizada foi entrevista em profundidade realizada com Suelen Vanin, que exerce o cargo de Operadora Técnica III na União de Amigos de Rio Claro, e que já trabalhou dentro da Fundação CASA de Rio Claro para a UDAM.

Além disso, foram analisadas as mídias da União de Amigos de Rio Claro, a fim de identificar suas estratégias de gestão e comunicação. Assim, juntamente com teorias desenvolvidas através de levantamentos bibliográficos, foram traçados conceitos sobre a comunicação utilizada no terceiro setor, a comunicação educativa solidária.

No terceiro capítulo, retorna-se a análise a partir do objetivo geral sobre como o relacionamento com uma organização de terceiro setor, que tem por intuito auxiliar grupos sociais que possuem pouca visibilidade perante os demais setores, sem fins lucrativos e beneficente, como a União de Amigos de Rio Claro, pode auxiliar no direito ao esquecimento aplicado na prática, principalmente no cenário de internação dos jovens dentro da Fundação CASA de Rio Claro.

Ademais, através de uma análise documental foi pesquisada a história da Fundação CASA de Rio Claro e a sua relação com a União de Amigos de Rio Claro, uma vez que ambas possuem a chamada gestão compartilhada da Fundação, onde são responsáveis administrativamente.

No intuito de embasar este estudo, foi realizada uma visita guiada dentro da Fundação CASA de Rio Claro, onde Karin Valle Machado, uma das relações-públicas da sede de São Paulo acompanhou toda a visita, fazendo os apontamentos necessários sobre o estabelecimento e intermediando as conversas com os funcionários, que observações relevantes sobre a história e o funcionamento da Fundação CASA de Rio Claro.

Além dessa metodologia, Vagner Luiz Carvalho, gentilmente aceitou participar de uma entrevista em profundidade, gravada em áudio e realizada dentro do espaço denominado UDAM+, extensão da sede da UDAM, para relatar sua trajetória profissional e sua história pessoal, o que enriqueceu ainda mais este trabalho de conclusão de curso.

Com tudo isso, conclui-se que a partir da gestão compartilhada que a Fundação CASA de Rio Claro possui com a UDAM criou-se a oportunidade de desenvolver pessoal e profissionalmente os jovens que estão em medida socioeducativa, uma vez que através desse diferencial administrativo, são disponibilizados cursos profissionalizantes, ensino médio de qualidade e toda equipe de psicopedagogos que trabalham diretamente no desenvolvimento da personalidade dos jovens. Dessa mesma forma, após a saída da medida socioeducativa, a União de Amigos de Rio Claro tem por objetivo acompanhar esses jovens e fomentar as oportunidades profissionais, além de prestar toda a assistência à família.

Portanto, o direito ao esquecimento alinhado com o relacionamento entre um órgão governamental público e o terceiro setor, tende a modificar a realidade desses jovens, diminuir a volta para a vulnerabilidade social e auxiliar na reinserção dentro da sociedade e do mercado. Dessa forma, abre-se espaço para futuras pesquisas, onde através de dados empíricos, poderá ser possível trazer numericamente a diferença na reincidência das Fundações CASA que possuem a gestão compartilhada com uma organização de terceiro setor, para com as que não possuem.

2. CONSTRUÇÕES INDIVIDUAIS E SOCIAIS EM TORNO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO

Neste capítulo, são feitos levantamentos individuais e sociais que estão intrinsecamente ligados ao entendimento sobre direito ao esquecimento. De início, levanta-se conceitos sobre a sociedade atual da informação, onde é marcada por um fluxo intenso de informações, sendo elas, instáveis como também perpétuas e como essa característica da sociedade atual atrapalha, em alguns casos, o desenvolvimento social e profissional de uma pessoa.

Após esse entendimento sobre a sociedade, é necessário que sejam apresentados embasamentos teóricos sobre imagem e identidade, que estuda-se dentro da área de Relações Públicas. Dessa forma, é ramificado o conceito de imagem em dois tipos: a imagem pública e a auto-imagem para posteriormente descrever questões sobre identidade e a ligação entre ambas.

A partir dessa construção de cenário, discorre-se sobre o direito ao esquecimento. Para seu melhor entendimento, foi preciso delimitar os conceitos de direito à privacidade e direito à expressão e posteriormente traçar um parâmetro entre os três. Desse modo, no decorrer da apresentação sobre os direitos, foram aproximados à realidade dos jovens internos e ex-internos da Fundação CASA de Rio Claro, com a finalidade de estreitar o objeto de estudo na prática com os conceitos teóricos.

2.1 Sociedade da Informação

Primeiramente, se faz necessário apresentar o que se conceitua sobre sociedade da informação, pois é um fator decisivo e importante para entender o direito ao esquecimento, que será desenvolvido logo mais dentro deste mesmo capítulo. Entende-se por sociedade da informação, a atual na qual, a interatividade se tornou muito maior a partir da evolução das mídias, onde hoje, é possível criar, repassar e consultar inúmeras informações em questão de minutos. Além disso, ela "expressa a essência da presente transformação tecnológica em suas relações com a economia e a sociedade" (WERTHEIN, 2000, p. 72).

Neste sentido, a Internet apresentou a oportunidade de se gravar os fatos por longos períodos, até mesmo perpétuos. Com isso, as informações formais e informais que estão presentes dentro deste vasto mundo digital, propiciaram oportunidades positivas à determinadas

pessoas, mas também a possibilidade de macular a imagem de outras. Além disso, "enquanto diálogo, a comunicabilidade eletrônica perde de vista isso, faz o rosto do outro desaparecer nas trocas digitais" (MARCONDES FILHO, 2012, p.197) , e dessa forma, abre espaço para que as pessoas se sintam mais livres para publicarem e repassar quaisquer informações que lhe pareçam certas ou até mesmo, discursos de ódio, frequentemente vistos nas redes atuais.

No campo da política Castells e Cardoso (2005, p. 24) apontam que

Uma vez que a política é largamente dependente do espaço público da comunicação em sociedade, o processo político é transformado em função das condições da cultura da virtualidade real. As opiniões políticas e o comportamento político são formados no espaço da comunicação. Não significa isto que tudo o que se diga neste espaço determine o que as pessoas pensam ou fazem. De facto, a teoria da audiência interactiva, apoiada por investigações em várias culturas, determinou que os receptores de mensagens processam essas mensagens nos seus próprios termos.

Ademais, a sociedade da informação não se preocupa com as informações que colocam diariamente nos meios midiáticos, e como essas informações podem as controlar no cotidiano, assim como afirma Davenport (1998, p. 19) "conhecimento é a informação mais valiosa e, conseqüentemente, mais difícil de gerenciar."

Portanto, os meios midiáticos se tornaram uma extensão da memória humana, possuindo registros permanentes, e assim "não é preciso ser uma celebridade para ser constantemente lembrado" (COSTA, p. 185, 2013). Além disso, o autor pontua que

O dilema atual reside no fato de os registros do passado - capazes de serem armazenados eternamente - poderem gerar consequências posteriormente à data em que o evento foi esquecido pela mente humana. Nesse contexto, a pior situação já vivenciada por determinada pessoa pode ser vinculada com a primeira e mais importante informação a seu respeito (COSTA, p. 185, 2013)

No caso dos jovens internos da Fundação CASA, durante o período de ressocialização são estimulados a construir fora da sociedade da informação, que se transformou em juíza nesse cenário, sua identidade e personalidade, para que assim, após sua saída possam reestruturar sua imagem, fato que apresenta grande dificuldade perante a perpetuidade das informações dentro dos meios midiáticos.

2.2 Imagem e Identidade

Desse modo, faz-se necessário o entendimento sobre imagem primeiramente, para após, ser atrelado ao conceito de identidade e juntos auxiliarem na construção do que se entende por direito ao esquecimento e na sua importância dentro da sociedade atual e no contexto dos jovens internos e ex-internos da Fundação CASA de Rio Claro.

Trataremos de dois tipos de imagem: a auto-imagem e a imagem pública. A imagem pública é o resultado da soma da imagem real (identidade, valores intrínsecos) com a imagem projetada (identidade visual, cultura e comunicação) (VILLAFANE, 1993).

Além disso, é importante mencionar que

Estamos suscetíveis a não deixar uma boa impressão nas pessoas porque somos percebidos e avaliados não só pelo nosso nome e identidade, mas por tudo o que fazemos para nos diferenciarmos e nos promovermos, desde que nosso desempenho e habilidades sejam compatíveis com a imagem favorável que pretendemos criar a nosso respeito. (KAPUTA, 2006 apud RITOSSA 2009, p. 18)

Sendo assim, a imagem pública se constrói a partir da maneira que nos colocamos dentro do mundo social, perante os três setores, descritos de maneira mais detalhada no capítulo dois. Dessa forma, esta imagem pública se relaciona com a reputação, onde uma vez maculada, com muita dificuldade se reconstrói dentro da sociedade da informação.

Neste sentido, é importante também ressaltar o conceito de auto-imagem, que por sua vez, se apresenta como a imagem que a própria pessoa constrói dela mesma. "O desenvolvimento da auto-imagem acontece através de um processo contínuo, que está determinado pela vida pessoal e que se estrutura na ação social. A auto-imagem surge como atualização continuada do processo de interação pessoa-grupo." (STOBAUS; MOSQUEIRA, 2008, p.116)

Para a construção da imagem pública favorável é necessário que o indivíduo tenha uma auto-imagem também favorável, pois é ela que vai direcionar as relações sociais e a maneira que o indivíduo irá se expor publicamente tanto nas relações pessoais como nas profissionais. Além disso, é dentro da auto-imagem que vão surgir formas pelas quais, cada um será representado ou interpretado dentro sistemas culturais que os rodeiam (HALL, 1987).

Trazendo os conceitos à realidade dos jovens internos da Fundação CASA, é imprescindível que dentro da medida socioeducativa, estes jovens desenvolvam a auto-imagem, pois esta é intimamente ligada à auto-estima e a realização pessoal do ser humano (STOBAUS;

ENRICONE, 2008) e assim, ao saírem possam ter maior vontade de enfrentar as dificuldades em retornar ao sistema capitalista da sociedade da informação.

Dessa forma, entrelaça-se o conceito da auto-imagem com o de identidade, uma vez que

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o "interior" e o "exterior"— entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a "nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando- os "parte de nós", contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural (HALL, 1992, p.2).

Sendo enriquecido por "como a identidade humana se consubstancia na auto-imagem, é sempre um processo claramente interativo, que leva a níveis reflexivos e comunicacionais dialéticos e integrados" (STOBAUS; ENRICONE, 2008, p. 116).

Esta identidade por sua vez, é construída temporariamente, sendo passível de mudanças no decorrer da trajetória do indivíduo e até mesmo a partir do meio cultural que o mesmo está inserido. No caso dos jovens internos da Fundação CASA, assim que começam a cumprir a medida socioeducativa eles entram em determinada cultura e vivência bem diferente da que costumavam viver e por conta disso, criam novos hábitos, novos comportamentos, no intuito de com sucesso, adaptá-los a fazer novas escolhas de vida.

Portanto, se faz importante dentro deste cenário de internação dentro da medida socioeducativa apresentada pela Fundação CASA, que estes jovens construam uma identidade e auto-imagem, no decorrer do processo, para que com isso, após a saída, os estimulem a ter autonomia para dar início a vida adulta e assim, construam sua imagem pública favorável.

Dessa mesma forma, além de toda a construção imagética e de identidade, é preciso que estes jovens se sintam parte do sistema social, e para isso os seus direitos, na prática, têm papel essencial para a reconstrução da vida pessoal e profissional após internação. Somente dessa forma, eles se sentirão integrados dentro do contexto social, conforme conceitua Pezzella e Bublitz (2014, n.p):

O surgimento da discussão a respeito do direito subjetivo só tem razão de existir quando há o reconhecimento político, social e jurídico da pessoa humana como sujeito de direitos a serem protegidos e tutelados nas relações com o Estado e entre os particulares.

Sendo assim, um dos mais importantes direitos dentro desse cenário de reconstrução de imagem e de identidade, é o direito ao esquecimento, desenvolvido a seguir.

2.3 Direito ao Esquecimento

Atualmente os direitos do homem, seguindo a linha apresentada por Bobbio (1990), podem ser conceituados como direitos históricos, advindos de lutas em defesa da liberdade contra os poderes que sucederam, nascidos de maneira gradual, "não todos de uma vez e nem de uma vez por todas" (BOBBIO, p. 5, 1990). O autor complementa que:

Não é preciso muita imaginação para prever que o desenvolvimento da técnica, a transformação das condições econômicas e sociais, a ampliação dos conhecimentos e intensificação dos meios de comunicação poderão produzir tais mudanças na organização da vida humana e das relações sociais que se criem ocasiões favoráveis para o nascimento de novos carecimentos e, portanto, novas demandas de liberdade e de poderes. (BOBBIO, p. 33, 1990)

Sendo assim, ao lado desses direitos historicamente construídos, emergiram os chamados direitos sociais, como conceitua Bobbio (1990), direitos de segunda geração, onde "são aqueles que a esmagadora maioria da humanidade não possui de fato (ainda que sejam solene e repetidamente proclamados)" (BOBBIO, p. 9, 1990). Esses direitos sociais possuem, segundo o autor, três bases, o trabalho, a instrução e a saúde, onde são nelas que se difere o acesso a eles na prática, "já que certas condições pessoais ou sociais são relevantes precisamente na atribuição desses direitos" (BOBBIO, p. 66, 1990).

Dentro desse contexto social, também para Bobbio (1990), somente é possível que a humanidade caminhe para sua harmonia e conseqüentemente para seu estado de paz, quando se instaura dentro do princípio da governança democrática, a cidadania onde é imprescindível que o Estado promova e garanta os direitos humanos essenciais como o direito à vida, os direitos às liberdades fundamentais e os direitos sociais.

Seguindo essa mesma linha,

Afirma-se que os direitos humanos são os resultados de processos culturais de emancipação do ser humano na luta constante pela dignidade do humano; de outra parte, direitos fundamentais são os resultados de processos culturais de regulação das conquistas alcançadas pelos processos emancipatórios. Portanto, os direitos fundamentais não são a positivação dos direitos humanos, são mais; são garantias das conquistas que aqueles alcançaram, pois os direitos humanos cabem dentro dos direitos fundamentais, mas deles extravasam; são também, processos regulatórios não necessariamente vinculados aos direitos humanos, por vezes, revestem garantias derivadas de outros direitos fundamentais, e até mesmo de direitos humanos ainda não albergados pela fundamentalidade constitucional, ou albergados e inscritos em normas de sobre ou superdireito (PEZZELLA e BUBLITZ, n.p, 14).

Sendo assim, é dentro dos direitos individuais e sociais, de primeira e segunda geração respectivamente, que serão levantadas discussões sobre o direito à liberdade de expressão e o direito à privacidade dentro da sociedade da informação e fazendo uma relação entre ambos, o direito ao esquecimento, tão importante no contexto da realidade social estudada dentro deste trabalho (STROPPA, NAPOLITANO, 2017).

Desse modo, primeiramente a privacidade se conceitua segundo Jabur (2000), como a atitude de se excluir do conhecimento de terceiros as informações que o titular quer preservar para si próprio e desse modo, o direito de viver em isolamento sem ser submetido a uma publicidade que não desejou. Sendo assim, o direito à privacidade "traduz-se na faculdade inerente a cada pessoa de obstar a intromissão de estranhos em sua intimidade e vida privada, assim como a de controlar as próprias informações, evitando-se acesso e divulgação não autorizados" (MORAIS, 2002, p. 80).

Dito isto, se faz importante traçar o contexto de direito à expressão, para que assim, consigamos realizar um parâmetro e delimitar o limite entre ambos. O enfoque neste trabalho no quesito do direito à expressão será sua ligação ao direito de se comunicar e em toda sua complexidade sobre o tema no cenário da sociedade da informação, onde todos os dias infinitas informações são postas nos meios midiáticos.

No âmbito da Comunicação Social, conceitua PERUZZO (2007, p. 12) que

No que concerne ao entendimento do que vem a ser direito à comunicação, tradicionalmente as abordagens teóricas tendem a enfocá-lo sob o ângulo do direito ao acesso à informação ou como direito à liberdade de informação e de expressão. A nosso ver, tal concepção vem sendo renovada ao incluir a dimensão do direito à comunicação enquanto acesso ao poder de comunicar. As liberdades de informação e de expressão postas em questão na atualidade não dizem respeito apenas ao acesso da pessoa à informação como receptor, ao acesso à informação de qualidade irrefutável, nem apenas no direito de expressar-se por “quaisquer meios” – o que soa vago, mas de assegurar o direito de acesso do cidadão e de suas organizações coletivas aos meios de comunicação social na condição de emissores - produtores e difusores – de conteúdos. Trata-se, pois, de democratizar o poder de comunicar.

Portanto, é mister frisar que a liberdade de expressão e a democratização atual da comunicação, graças ao desenvolvimento da sociedade da informação, abriu caminhos para que camadas da população tenham também seu espaço de luta, dentro desses meios midiáticos e com isso, acredita-se que a partir desse direito de expressão muitas mudanças na sociedade civil foram realizadas.

Entretanto, o grande impasse neste direito à expressão, está quando ele invade o espaço do outro, que é tão frisado dentro do direito à privacidade, fato que na sociedade da informação se tornou cada vez mais comum. Dessa forma, a partir do momento em que a pessoa é alvo dos meios midiáticos é necessário que não se permita que estas informações as controlem e consequentemente, atrapalhem seu desenvolvimento social e individual, como também dentro do meio profissional e até mesmo a maculação da sua imagem perante o Estado.

Nesse cenário onde perde-se o controle das informações pessoais e o passado está sempre presente dentro das mídias, abre-se espaço para o direito ao esquecimento, sendo ele

(...) inerente ao ser humano de que não seja autorizado que determinado acontecimento, mesmo verdadeiro, ocorrido em determinado tempo de sua vida, seja divulgado a população, uma vez que geraria sofrimento e transtornos. Além disso, é importante ressaltar que o direito ao esquecimento pode também ser tratado como “direito de ser deixado em paz” ou “direito de estar só”. Nos Estados Unidos, o direito ao esquecimento é conhecido como “the right to be let alone” (BOLDRINI, 2016, p. 96).

Dito isto, é importante registrar que este direito hoje não está previsto na Constituição Federal Brasileira, no entanto, se apresenta como uma extensão do direito à privacidade e atualização para a aplicação dentro da sociedade atual

Segundo a concepção aqui defendida, alterou-se qualitativamente o direito à privacidade, que passa a englobar não apenas a defesa da esfera privada contra invasões externas, mas também a possibilidade de cada um controlar o uso das informações que lhe dizem respeito e, em última análise, de sua própria identidade (BRANDÃO, 2013, p. 196).

Também levanta o autor

Nesse contexto, o direito ao esquecimento seria o direito de impedir que dados de outrora sejam revividos na atualidade, de modo descontextualizado, sendo conferido à pessoa revelar-se tal qual ela é atualmente, em sua realidade existencial e coexistencial (BRANDÃO, 2013, p. 197).

Além disso, é importante destacar que os direitos humanos são “um conjunto mínimo de direitos necessários para assegurar uma vida do ser humano baseada na liberdade, igualdade e dignidade” (RAMOS, 2013, p. 32). Sendo assim, para que o indivíduo evolua no seu cotidiano é necessário que se tenha liberdade para fazer suas escolhas, mas para seu bem-estar no decorrer desse processo, é mister que este tenha acima de tudo privacidade.

Neste cenário, é de extrema importância que, o direito ao esquecimento ganhe notoriedade em pautas públicas de discussões uma vez que

Pensá-lo é atualizar a própria ciência social que é o direito, especialmente quando se reconhece que para a evolução social é necessário ter liberdade, mas também privacidade. É neste sentido que nasce a possibilidade do ser humano exigir seu esquecimento, que não se confunde com alteração da história ou de fatos, mas sim da instrumentalização de fazer valer os direitos a privacidade e a intimidade (ZIMMER, 2018, p.30).

Sendo enriquecido por

(..) em linhas gerais, pode ser caracterizado como uma esfera de proteção, uma redoma, que permitiria que uma pessoa não autorizasse a divulgação de um fato que lhe diga respeito, ainda que verídico, por causar-lhe sofrimento ou algum transtorno, levando-se em consideração a utilidade e data de ocorrência em que a informação objeto de proteção foi realizada. A ideia do esquecimento está diretamente ligada ao pensamento de superação do passado, de redenção, possibilitando que um sujeito não tenha o seu direito à privacidade, à intimidade, ao nome, à honra, atingido por fatos já então consolidados no tempo (MARTINEZ, 2014, p.57-58).

Desse modo, o jovem ex-interno da Fundação CASA de Rio Claro, após a saída da internação acaba condenado novamente pela sociedade da informação e assim, aumentam ainda mais as dificuldades que ele enfrenta.

A celebridade do passado nem sempre será objeto legítimo de incursões da imprensa. Algumas pessoas de renome voltam, espontaneamente, ao recolhimento da vida de cidadão comum – opção que deve ser, em princípio, respeitada pelos órgãos de informação (MENDES, COELHO, BRANCO, 2007, p. 374).

No mesmo tom sobre a dificuldade de privacidade, mas se voltando para o caso específico dos ex-internos da Fundação CASA de Rio Claro

Mesmo que culpado, mesmo que tenha errado, o sujeito não pode ser condenado mais de uma vez pelo mesmo crime, além de não poder ser condenado por toda a vida – todas as penas, por uma questão de dignidade, não podem existir para sempre (RULLI, Júnior; RULLI, Neto, 2013, p. 20).

Trata-se portanto, da forma como os meios midiáticos baseados no direito à liberdade de expressão, expõem atualmente a vida das pessoas, prejudicando seu desenvolvimento dentro da sociedade.

Mendes, Coelho e Branco levantam também essa questão:

Se a pessoa deixou de atrair notoriedade, desaparecendo o interesse público em torno dela, merece ser deixada de lado, como desejar. Isso é tanto mais

verdade com relação, por exemplo, a quem já cumpriu pena criminal e que precisa reajustar-se à sociedade. Ele há de ter o direito a não ver repassados ao público os fatos que o levaram à penitenciária (MENDES, COELHO, BRANCO, 2007, p. 374).

A fim de respaldar a discussão, Cavalcante (2014) trata direito ao esquecimento como o direito que uma pessoa possui de não permitir que um fato, ainda que verídico e real, ocorrido em determinado momento de sua vida, seja exposto ao público em geral, causando-lhe sofrimento ou transtornos.

Para auxiliar nas conclusões sobre os dois direitos, Vieira, pontua assertivamente que

Quanto a essa perspectiva, lembre-se a íntima relação que se estabelece entre privacidade e liberdade: a proteção da intimidade e da vida privada é antes de tudo um pressuposto para o exercício da liberdade de consciência, de crença e de expressão, configurando-se como uma proteção contra “ingerências alheias” que perturbem o livre desenvolvimento da personalidade. (VIEIRA, 2007, p.112).

Desse modo, o ponto chave sobre esse embate, é se tais informações pessoais expostas nos meios midiáticos estão prejudicando ou não o desenvolvimento social e profissional de cada um. No caso dos jovens em medida socioeducativa dentro da Fundação CASA, é necessário que para sua volta ao sistema social, sejam esquecidos os erros cometidos no passado, já que estes cumpriram os deveres estabelecidos. Portanto, neste caso os meios de comunicação devem ser um auxílio para promover e restabelecer a imagem como cidadãos livres que estes jovens são, e não uma forma de macular sua imagem-pública.

Ademais, conforme apresentado por Castells (1996) a comunicação tem o poder de ser cada vez mais intrusiva, mesmo que a pessoa não queira compartilhar a sua privacidade. Portanto, o direito ao esquecimento, neste sentido, permite que a pessoa ainda possa, na sociedade da informação, fazer uma escolha se quer ou não ter sua história exposta e lembrada como algo atual. Assim também pontua Lopes (2015, p. 96) "devemos avaliar até que ponto a liberdade de imprensa pode adentrar na vida privada de alguém, em especial no que refere-se a acontecimentos passados"

Nessa mesma linha, Branco (2017, n.p) coloca em pauta que "quando a informação está disseminada em diversos canais de comunicação online, em mais de um país, então o cumprimento de uma decisão relativa ao direito ao esquecimento será consideravelmente mais desafiadora."

Entretanto, é importante ressaltar que, além dos meios online, existe o fato de que, principalmente neste caso dos jovens internos e ex-internos da Fundação CASA da cidade de

Rio Claro, a maioria deles - conforme conceituado de maneira mais detalhada no capítulo três - são moradores da região e por se tratar de regiões menores interioranas, a informação e boatos sobre estes jovens circulam de maneira mais rápida e fácil, e consequentemente com diversos ruídos, ou seja, informações processadas de maneira incorreta ou imersa de pré-conceitos.

Portanto, se faz necessário que sejam construídas estratégias comunicacionais para mudar essa realidade e dar oportunidade para que estes jovens tenham seu devido espaço dentro da sociedade, já que "o traço básico talvez mais importante e contínuo é que os meios de comunicação, ao mesmo tempo que elaboram informações, abrem um horizonte de incertezas produzidas por eles mesmos, que precisa ser servido com outras e sempre outras informações." (LUHMANN, 2005, n.p).

Com a finalidade de gerenciar essa comunicação, para que ela seja estrategicamente utilizada de maneira que auxilie a re-inserção dos jovens ex-internos da Fundação CASA no contexto social e de intermediar os interesses entre o Estado, a sociedade e o mercado, se apresenta o terceiro setor, e consequentemente a União de Amigos de Rio Claro, melhor detalhados no seguinte capítulo.

3. O TERCEIRO SETOR E SEU PAPEL NA SOCIEDADE: UM ESTUDO SOBRE A UNIÃO DE AMIGOS DE RIO CLARO

O presente capítulo baseia-se em trazer informações sobre a União de Amigos de Rio Claro. Com a finalidade de fundamentar teoricamente o contexto em que se insere a Instituição, são apresentados conceitos sobre os três setores que existem dentro da sociedade na visão da Comunicação Social, sendo eles, o primeiro setor representado pelo Estado, segundo setor apresenta-se como o mercado e o terceiro setor e enfoque neste capítulo, sendo as organizações não-governamentais, onde encaixa-se a União de Amigos de Rio Claro.

Posteriormente, é traçada a história da organização, contendo fatos importantes que marcaram o seu desenvolvimento e que a transformaram no que é atualmente. Sendo assim, para levantar tais dados foram analisados documentos arquivados na sua sede e alguns que estão disponíveis no site institucional. Além disso, por meio de conversas informais no evento de cinquenta e cinco anos da UDAM (sigla como é conhecida), foram levantadas algumas informações com antigos diretores, coordenadores e colaboradores, que embasaram informalmente este capítulo.

Posteriormente, são apresentados dados sobre a União de Amigos de Rio Claro, como os projetos e oficinas que possuem hoje, sobre seu funcionamento e administração, estratégias e objetivos. Além disso, foi realizada uma entrevista com Suelen Fernanda Vanin, Coordenadora Técnica III, que disponibilizou seu conhecimento e tempo, a fim contribuir para a construção deste capítulo, além de uma pesquisa pelo site institucional e pela página do Facebook.

Seguindo esta linha de análises, foi realizado um levantamento sobre as estratégias comunicacionais e de Relações Públicas que a organização utiliza para se relacionar com a sociedade, a mídia e o poder público, finalizando com levantamentos sobre a comunicação solidária participativa, tão importante dentro de uma organização de terceiro setor.

3.1 Classificação de setores e o papel do terceiro setor

Nos últimos anos no Brasil, tem-se comentado muito sobre responsabilidade social e sua importância tanto na sociedade como nas organizações empresariais, sendo ela uma forma de colaborar para amenizar os graves problemas socioeconômicos das camadas urbanas, onde se instaurou a partir da movimentação do capital no país. Sendo assim, historicamente a circulação do capital no Brasil contribuiu para o seu desenvolvimento, mas também para a

criação de desigualdades e contradições que comprometem a vida em sociedade (KUNSCH, 2017), sendo elas a desvalorização do valor do trabalho, onde se cria oposições econômicas drásticas entre a camada elitizada e as populações urbanas emergentes.

Os exemplos estão na baixa remuneração de determinados segmentos de trabalhadores, na falta de postos de trabalho, na não distribuição equitativa de riqueza(...)Essa situação deixa rastros de miséria (pobreza econômica e política, uma cultura competitiva, violenta e consumista) que corroem o tecido social e comprometem o futuro da nação e do planeta (KUNSCH, 2017, p.21)

A partir dessa demanda em suprir as necessidades das populações urbanas em especial as emergentes, surge além dos dois personagens principais dentro da sociedade, Estado e o mercado, sendo eles respectivamente denominados como primeiro e segundo setor, o terceiro setor onde não é titulado como governamental ou lucrativo, sendo assim, independente, com uma proposta de associações voluntárias.

Com o surgimento desse terceiro setor, a imagem da pirâmide, sendo ela "[...] a idéia de uma subordinação hierárquica, que nos fazia imaginar os indivíduos e os grupos na base, o mercado no meio e o Estado no alto, governando o todo" (FERNANDES, 1994. p. 21) perde sua significância, já que este terceiro setor se apresenta como uma entre as quatro combinações resultantes da conjunção entre o "público" e o "privado" (FERNANDES, 1994).

AGENTES		FINS		SETOR
privados	para	privados	=	mercado
públicos	para	públicos	=	Estado
privados	para	públicos	=	terceiro setor
públicos	para	privados	=	corrupção

*Quadro 1 - Quadro presente em Terceiro Setor na América Latina
Fonte: Fernandes, 1994. p. 21*

Sendo assim, o terceiro setor surge no intuito de oferecer mais atenção e benefícios para a camada da sociedade que não possui a visibilidade que deveria ter como as demais, sendo ela composta por pessoas que vivem em pobreza econômica e política, ou até mesmo abandonadas pelo mercado e pelo Estado. Com isso, forma-se um mercado específico, que influencia a legislação, estabelece e direciona orçamentos dos governos, de organizações empresariais e até

mesmo de indivíduos dispostos a auxiliar nas causas. Fazem a mediação portanto, dos interesses das camadas mais visíveis da sociedade com as necessidades das praticamente invisíveis.

Dessa forma, essas organizações do terceiro setor, não visam e não geram lucros para as mesmas e respondem a necessidades coletivas, não particulares nem individuais. "Eventuais benefícios auferidos pela circulação destes bens não podem ser apropriados enquanto tais pelos produtores e não podem, em consequência gerar um patrimônio particular" (FERNANDES, 1994. p. 21).

Portanto, é dentro do segmento de uma organização de terceiro setor que a União de Amigos de Rio Claro se encaixa, com concentração de sua renda através de doações de indivíduos e empresas parceiras. Além disso, recebem subsídios do governo municipal e estadual, e assim, terá sua história e estrutura melhor apresentada no decorrer deste capítulo.

3.2 História da UDAM

Conforme informações encontradas em seu site em 2018, a União de Amigos (UDAM), "é uma organização da sociedade civil, beneficente, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública pelo município de Rio Claro e fundada aos dezoito dias do mês de abril de mil novecentos e sessenta e quatro."

Dito isto, primeiramente, é importante traçar sua trajetória histórica a fim de compreender todo seu desenvolvimento até os dias atuais. Dessa forma, a UDAM possuía de início a nomenclatura União de Amigos do Menor, pois auxiliava menores de idade em situação de vulnerabilidade social, sendo ela "não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos" (EUTÁSQUA DO CARMO, GUIZARDI, 2018, p.2). Sendo assim, o projeto que deu abertura à essa iniciativa foi o de marcenaria, a fim de capacitar jovens a entrarem no mercado de trabalho na época.

Ademais, no início de suas atividades, a organização de terceiro setor tinha por objetivo auxiliar do que antigamente chamavam de "garotos difíceis e meninas fáceis", mas com a mudança de cenário e de burocracia, hoje este termo não se encaixa mais na realidade da Instituição. Assim, passaram a assistir em geral, crianças e adolescentes em vulnerabilidade social.

Em 2002, o abrigo da cidade de Rio Claro denominado "Nosso Lar" passou por uma crise econômica, deixando a desejar na sua estrutura e no desenvolvimento das crianças e adolescentes que utilizavam da moradia. Neste contexto, cada diretor da até então, União de

Amigos do Menor, assumiram uma parcela do compromisso financeiro e reconstruíram o espaço, o denominando "UDAM +", onde posteriormente serão desenvolvidas informações sobre o espaço.

Por sua vez, o abrigo foi transformado em aldeias, onde são ao todo atualmente nove casas distribuídas pelo município que abrigam crianças e adolescentes até seus dezoito anos incompletos, que foram abandonados por suas famílias ou retirados da mesma, por diversos motivos. Entretanto, é importante ressaltar que essas aldeias não são compromisso da UDAM, a Instituição apenas presta assistência com os seus projetos.

A partir de uma Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 25 de Abril de 2012 passa a ser denominada União de Amigos, conservando assim, a sigla "UDAM", com o projeto de auxiliar também a família dessas crianças e adolescentes e idosos com 60 anos ou mais.

3.3 Sobre a UDAM

Inscrita no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio Claro sob nº 08; no Conselho Municipal de Assistência Social de Rio Claro sob nº 17, baseia seu trabalho no “E.C.A.” Estatuto da Criança e Adolescente, fortalecido pelo Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo e pelo SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), atendendo a crianças, jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social estendendo a suas famílias, em programas destinados ao cumprimento do objetivo da Instituição.

Conforme detalhado anteriormente neste capítulo, a UDAM participa do que chamamos de organização do terceiro setor, por ser uma organização não-governamental, sem fins lucrativos e que presta serviço à população, principalmente para o segmento da sociedade que se encontra em estado de vulnerabilidade social, conforme detalhado anteriormente. Sendo assim, é importante destacar as diretrizes da Instituição que estão presentes em seu Estatuto:

- I - Não fazer distinção de etnia, sexo, cor, idade, credo religioso ou ideologia política, bem como condição social, o que garantirá a universalidade do atendimento, nos termos da legislação vigente;
- II - Manter a finalidade pública, sempre que financiada pelo Estado, não obstante possuir natureza privada;
- III - Observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;
- IV - A adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;

V - A destinação de seus atendimentos à promoção de pessoas e famílias em estado de risco e vulnerabilidade, resultantes das desigualdades sociais e que estejam incluídas nas políticas nacionais das áreas de interesse (UDAM, 2018, online).

No ano de 2018, a Instituição atualizou e acrescentou algumas finalidades com o intuito de acompanhar o seu desenvolvimento dentro da região, sendo elas em suma, a estimulação de centros de inovação com cursos tecnológicos e desenvolvimento do cidadão e a busca por intercâmbio entre empresas, corporações e universidades com o intuito de fomentar a cultura de cooperação dentro de Centros de Inovação Tecnológicos.

Dessa forma, os projetos oferecidos hoje seguem essas diretrizes, sendo eles Banco de Alimentos, Casa Escola, Construindo Caminhos, Construindo Laços, Inclusão Produtiva Cidadã e Protagonistas da Vida. O enfoque deste trabalho de conclusão de curso é o projeto Casa Escola, parceria entre a Fundação Casa Escola de Rio Claro para com a UDAM, que será desenvolvido no terceiro capítulo. Os demais projetos serão apresentados a seguir, em linhas gerais, sendo importante ressaltar que são frutos da parceria entre a UDAM e a Prefeitura Municipal de Rio Claro e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Primeiramente, o "Programa Banco de Alimentos" atua no recolhimento alimentos doados por supermercados, agricultores, varejões e similares, que não estão mais aptos a comercialização, mas que ainda são considerados bons para consumo e reaproveitamento. Dessa mesma forma, a Instituição desenvolve um trabalho educativo onde orienta como utilizar os alimentos higienicamente e em oficinas culinárias para o melhor aproveitamento de uma alimentação nutritiva e balanceada, chamadas de Educação Alimentar Nutricional. Os alimentos arrecadados passam pelos profissionais da UDAM para o reaproveitamento e são direcionados a assistência das pessoas em vulnerabilidade social e também para as crianças e adolescentes abrigadas nas aldeias, citadas anteriormente.

Com o enfoque de atender adolescentes entre quinze a dezessete anos, o projeto denominado "Construindo Caminhos", através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, possibilita que estes jovens e suas famílias tenham acesso aos direitos socioassistenciais, dentro de um ambiente onde possa ser fortalecida a autoestima, a sociabilidade, construção de novas identidades para que como consequência fortaleça os vínculos do adolescente com suas famílias e a sociedade. Dessa mesma forma, esse projeto possui o intuito de desenvolver suas habilidades gerais, com oficinas de desenho, esporte, musicalização e coletivos.

Com o mesmo intuito de dar assistência a crianças e adolescentes, o projeto "Construindo Laços" fomenta a troca de experiências, visando valorizar o sentido da vida coletiva, com um caráter preventivo.

Considerando as situações de vulnerabilidade e risco vivenciadas no meio familiar e social envolvendo crianças e adolescentes, podemos dizer que muitas têm seus direitos violados devido à precariedade econômica e social da realidade na qual estão inseridos. Neste sentido, muitas crianças e adolescentes se tornam responsáveis pelos cuidados da casa, dos irmãos mais novos e acabam não tendo tempo de brincar, estudar e se desenvolver. Em muitas situações a precária convivência leva à violação de direitos básicos. Em consonância com o Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) "é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (UDAM, 2018, online)

Assim como conceitua Freire (1980, p. 82), o diálogo é fundamental uma vez que:

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se, ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens, o diálogo é, pois, uma necessidade existencial.

Na mesma linha de entendimento, as iniciativas da UDAM seguem a proposta de Freire (2001, p. 81) de que "não há também diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer, de criar e recriar."

Além da parceria com a prefeitura e a secretaria de desenvolvimento, a UDAM juntamente com a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e o Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) por meio do Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA) e Departamento de Estatística, Matemática Aplicada e Computação (DEMAC), desenvolveu o projeto "Inclusão Produtiva Cidadã" que por meio de oficinas de informática proporciona a função produtiva, também conhecida como qualificação profissional, de jovens, adultos e idosos, além de promover o desenvolvimento da autonomia, cidadania e inclusão social.

Por fim, com a finalidade de fomentar o serviço de convivência e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários para pessoas com sessenta anos ou mais, foi criado o projeto "Protagonistas da Vida". São oferecidas oficinas artísticas e culturais, tais como, artesanato, culinária, canto coral, dança, relaxamento e rodas de conversa com a finalidade de contribuir para um envelhecimento saudável e na prevenção de situações em risco social.

Além desses projetos a UDAM conta com oficinas de "Cino Social e Equitação" com a finalidade de incentivar o esporte e aproximar a sociedade da Polícia Militar, e oficina de "Educação Ambiental" contribuindo para o conhecimento sobre o meio ambiente e a melhor convivência dentro dele. Portanto, segue a figura sobre os projetos que a UDAM possui:

FIGURA 1 – PARCERIA DA UDAM PARA A REALIZAÇÃO DOS PROJETOS



Fonte: Site UDAM, 2018

Com a finalidade de realizar seu trabalho com excelência, a Instituição conta com uma equipe de psicólogos e pedagogos para desenvolver e acompanhar todas as oficinas e projetos.

Sendo assim, a UDAM possui por meta

(...) executar seus projetos com eficiência, eficácia e efetividade, garantindo os direitos previstos em lei. Tornar-se referência no atendimento ao seu público alvo, pautando-se na humanização, personalização na execução dos projetos, garantindo controle e avaliação das ações e buscando a valorização dos recursos humanos ligados à Entidade. Garantir a Justiça, a Ética e o Respeito ao Ser Humano. (UDAM, 2018, online)

Para o seu funcionamento, a organização de terceiro setor, sustenta-se através dos denominados por ela, de "colaboradores afetivos", que podem ser divididos em contribuintes, quaisquer pessoas que contribuam financeiramente para que a Instituição preste seus serviços; institucionais, sendo estes representados por uma organização de sociedade civil sem fins lucrativos que sejam convidadas pela Diretoria Executiva; conselheiros suplentes, componentes do conselho deliberativo; honorários, que por sua vez prestam serviços especiais e relevantes à

Instituição, reconhecidos pela Diretoria Executiva e beneméritos, prestadores de serviços relevantes à Instituição, reconhecidos pela Diretoria Executiva.

Seguindo sua linha de atuação, a UDAM estabelece por objetivo final

Proporcionar à população usuária e beneficiária o acesso a Direitos socioassistenciais de acordo com a execução e Legislação de cada projeto apresentado. Além de garantir o acesso aos Direitos socioassistenciais dos seus usuários/beneficiários; Acolher de maneira humanizada todos que acessarem o serviço; Encaminhar aos equipamentos públicos conforme demanda apresentada; Monitorar através do acompanhamento a evolução dos casos apresentados (UDAM, 2012, online)

Com a finalidade de gerir todo o funcionamento, a administração da organização possui dentro do seu organograma administrativo, uma diretoria composta por um presidente e vice, dois secretários, dois tesoureiros, dois diretores de patrimônio, além dos conselheiros, que são compostos por antigos colaboradores. Ademais, a UDAM possui cento e cinquenta colaboradores e indiretamente, em parceria com outras organizações, dez colaboradores.

3.4 Estratégias comunicacionais da UDAM

Visando a área de Comunicação Social e Relações Públicas, é mister destacar as estratégias utilizadas hoje dentro da organização de terceiro setor. Além da utilização da comunicação educativa solidária, destacada no próximo tópico, Freire (2012, p. 191), apresenta o conceito de alteridade, sendo ela baseada em "eu me comunico quando acolho o outro", perfeitamente atrelado à estrutura dos projetos da UDAM, uma vez que estes possuem o intuito de ouvir segmentos da sociedade pouco assistidos no cotidiano. Dessa forma, são através destes projetos feitos pela Instituição que fomenta-se também o que pontua Freire (2012, p. 195) "no presencial e pelo contato com o outro, eu entro em fase com aquilo que irá acionar em mim dispositivos de transformação."

Além disso, dentro da comunicação visual da organização, se faz preciso destacar que com a parceria firmada com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Rio Claro para a obtenção de subsídios, o logotipo da UDAM é acompanhado sempre ao logotipo da Prefeitura de Rio Claro, com enfoque na secretaria. Desse mesmo modo, pela administração compartilhada com a Fundação Casa, que será detalhada no próximo capítulo, também necessita-se que seus logotipos estejam juntos.



*Figura 1 - Página inicial do site da União de Amigos de Rio Claro.
Fonte: Site da União de Amigos de Rio Claro, 2019.*

Com a finalidade de manter o relacionamento com a população e para tornar mais visível os seus projetos, a UDAM também realiza eventos que são patrocinados pelos seus parceiros, sendo eles, festa junina, aniversário da organização, confraternizações de final de ano, almoços, entre outros. Nesses eventos, os participantes dos projetos têm a oportunidade de se apresentarem para a população, através de música, peças e apresentações em geral.

Assim, cria-se um ambiente de relacionamento entre a organização e seus públicos, sendo eles "um conjunto de pessoas com interesses comuns à organização" (CHILDS, 1967 apud SIMÕES, 1995, p.54), se encaixando na perspectiva das Relações Públicas, conforme conceitua Simões (1995, p. 54)

Dito de outro modo, pretende-se explicar o sistema social em nível micro e macro, cuja escala crescente, em termos de quantidade e complexidade dos membros contidos, inicia-se nas relações humanas - sistema social formado pela transação entre pessoas; continua com o nível das relações grupais - sistema social estruturado nas relações entre grupos; prossegue com o nível das relações públicas - sistema social constituído pelas transações entre organização e seus públicos.

Estes eventos acontecem no espaço denominado UDAM +, que antigamente se concentrava o "Nosso Lar", conforme citado anteriormente, onde possui um amplo espaço que acomoda um grande número de pessoas nos eventos. Além disso, na UDAM + são feitas algumas atividades dos projetos, exatamente pelo fato de ter seu espaço mais amplo. Conta também com uma cozinha e um palco, onde são feitas as apresentações.

Sendo assim, além da realização de eventos, dentro dessa organização de terceiro setor o Relações Públicas tem função política, conforme conceitua Simões (1995, p. 107), pois “visa legitimar o poder decisório da organização junto aos vários públicos, no trato dos interesses comuns e específicos a fim de melhor trocar com eles os mesmos interesses”.

Além disso, os projetos realizados pela UDAM atualmente são separados por faixa etária e a partir de uma pesquisa documental realizada dentro da organização, é visível como se tem esses públicos e as regiões que prestam assistência pontualmente mapeados, o que facilita o seu relacionamento. Dessa forma, é importante traçar também que pelo fato de ser uma organização de terceiro setor, esta faz intermédio e auxilia nas relações sociedade, mídia, e poder público, o que dentro da sociedade da informação é essencial, uma vez que conforme Simeone (2017, p. 37) apresenta

[...] ambiguidade se apresenta do ponto de vista dos próprios públicos, que igualmente oscilam entre a confiança e a desconfiança, ou seja, nem a imprensa nem o poder público são plenamente confiáveis para nenhuma das partes e ambas têm que se esforçar para obter essa confiança.

Visando sua transparência perante os públicos, a União de Amigos faz publicações em sua página do Facebook sobre repasses financeiros, fotos dos projetos e eventos e informações sobre os projetos, oficinas e vagas profissionais, conforme apresenta a figura 3. De maneira semelhante acontece no site (figura 4), onde como diferencial possui uma opção de acesso nominada de transparência, com todas as informações sobre a organização e seu funcionamento.

udam - união de amigos
em Fotos da linha do tempo

 **Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social**
Rua 06 nº 3.265 - Alto do Santana - CEP: 13504-099 - Telefone: 3522-1930
Núcleo Administrativo Municipal - NAM
Prefeitura Municipal de Rio Claro - SP

em 01 de fevereiro de 2018, por mais 12 (onze) meses a partir do dia 01 de fevereiro de 2019, totalizando 23 meses de execução.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3. O valor total previsto para o cumprimento do objeto da presente parceria é de R\$ 319.244,26 (trezentos e dezoito mil e duzentos e quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos), mediante 11 (onze) parcelas, iguais ou não, e movimentação exclusiva em conta bancária específica;

3.1. Os recursos necessários para o desenvolvimento das ações previstas nesse Termo de Colaboração são oriundos do Fundo Municipal de Assistência Social, os quais correrão por conta do código da classificação da despesa e indicação das respectivas unidades orçamentárias:

Proteção Social	Classificação Orçamentária
Básica	11.03.00 08.244.4002.2209 01 3.3.50.39.00 5000043 2016

CLÁUSULA QUARTA - DA MANUTENÇÃO DAS CLÁUSULAS

4. Permanecem inalteradas todas as cláusulas constantes do Termo de Colaboração nº 107/2018, bem como destacamos as seguintes obrigações da Organização da Sociedade Civil:

4.1. É Obrigação de ambos os contratantes cumprir e atender todas as legislações e normas Federais, Estaduais e Municipais, aplicáveis a sua atividade, bem como seguir rigorosamente a todas as instruções contidas no Manual de Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, além de satisfazer as exigências legais decorrentes da execução do presente Termo de Colaboração;

4.2. Assegurar ao Município e ao Conselho Municipal de Assistência Social as condições necessárias para o acompanhamento, supervisão, controle, fiscalização e avaliação da execução do objeto fruto dessa parceria;

4.3. Contratar profissionais qualificados e com comprovada habilitação técnica que executarão suas atividades em suas respectivas jornadas de trabalho, unicamente para o cumprimento do objeto deste Termo de Colaboração e execução do Plano de Trabalho;

4.4. A Organização da Sociedade Civil deverá divulgar na internet e/ou em outros sites sociais e em locais visíveis de suas sedes e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as

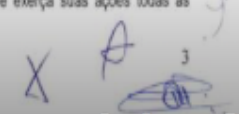




Figura 2 - Publicação orçamentária da UDAM no Facebook
Fonte: Página do Facebook da UDAM, 2019



*Figura 3 - Site da UDAM sobre transparência
Fonte: Site da UDAM, 2019*

Outra estratégia de comunicação interna oferecida na sede da UDAM, são os jornais murais, onde dentro da secretaria da organização, estão expostos também as oportunidades, repasses e informações sobre os projetos e oficinas para que os colaboradores possam estar cientes e quem visita a sede também.

Portanto, a comunicação realizada pela União de Amigos de Rio Claro segue características como as traçadas por Peruzzo (p.3, 2007)

Entre as principais características desse processo comunicacional estão: opção política de colocar os meios de comunicação a serviço dos interesses populares; transmissão de conteúdos a partir de novas fontes de informações (do cidadão comum e de suas organizações comunitárias); a comunicação é mais que meios e mensagens, pois se realiza como parte de uma dinâmica de organização e mobilização social; está imbuído de uma proposta de transformação social e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abre a possibilidade para a participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo.

Estas serão melhor detalhadas no tópico a seguir sobre Comunicação Pública.

3.5 Comunicação pública com ênfase na comunicação solidária educativa

Se faz necessário levantar conceitos em torno da comunicação pública, para posteriormente adentrar na discussão sobre a comunicação solidária educativa. Entende-se por comunicação pública aquela que ocorre no espaço público democratizado com a participação do governo, empresas, terceiro setor e sociedade em geral, de forma ativa, abordando temas que interessam à população (OLIVEIRA, 2004).

Sendo assim, o direito ao esquecimento, conforme traçado anteriormente, deve ser levantado em pautas de discussões públicas, pois pouco se fala dentro da sociedade sobre a sua importância, principalmente dentro da vida desses jovens que mal começaram o seu desenvolvimento profissional. Dessa forma, se faz necessário pensar na educação de uma cidadania global em termos comunicativos, onde acolhe principalmente as minorias e as pessoas em situações de vulnerabilidade social.

Deste modo, se procuramos a veracidade, aproximarmos-nos da realidade, e denunciar injustiças de carne e osso para ajudar a transformá-las, os discursos solidários necessitam ultrapassar os limites da comunicação e chegar ao coração e à consciência as pessoas. Eles necessitam, ainda, transmitir a amplitude das coisas, sua complexidade, superando até as fronteiras que demarcam o papel, a tela da televisão ou do computador, o tempo de um programa de rádio... através de fórmulas discursivas adequadas para fomentar discursos sociais solidários (NOS ALDÁS, 2010, p. 123).

Nesse intuito, a comunicação que se volta para causa sociais e traça estratégias perante esse cenário, é denominada de comunicação solidária educativa. Trata-se de uma comunicação que tem por objetivo como seu nome já diz, educar, ou seja, de envolver intelectualmente a sociedade da informação através da manifestação de causas e realidades sociais em situações preocupantes. Além disso, tem por intuito a transmissão de motivos do por que considera que determinados temas devem ser abordados na esfera pública e fazer chegar ao interesse de importantes figuras do cenário, as suas propostas de mudanças. (NOS ALDÁS, 2010)

Dito isto, seu discurso não se caracteriza como neutro, mas sim como um canal para instigar a motivação das pessoas em se comprometerem com as causas que deveriam ser preocupação da sociedade, como a reinserção dos jovens internos da Fundação CASA na sociedade e no mercado de trabalho.

A fim de engajar a motivação da sociedade da informação, é necessário que essa comunicação educativa crie laços emocionais e isso só é possível através da construção de memórias sobre os fatos apresentados. Se torna menos desafiador o cenário dessa comunicação

se ela estrategicamente cativa de maneira emocional os receptores, que até então, estão mergulhados nos discursos publicitários e influenciados pelos meios midiáticos.

Desse mesmo modo, no debate entre a ética e a estética (NOS ALDÁS, 2010), a comunicação solidária vem com objetivos vinculados a solidariedade, como seu próprio nome já diz, na tentativa de construir um cenário onde tenha possibilidade dentro dos espaços públicos de que se discutam interesses coletivos e não particulares. Além disso, abre espaço para que seja criada uma forma de denunciar acontecimentos, no intuito de transformá-los.

É primordial para o funcionamento da comunicação educativa, solidária e participativa que suas estratégias sejam muito mais do que só atingir grande número de emissores, mas sim, de cativar e criar laços com os mesmos, pois dessa forma, a relação entre os públicos e as causas sociais se tornará mais forte, já que principalmente nesses segmentos da comunicação, os desafios são maiores.

Portanto, ela parte de uma lógica onde os interesses são coletivos e solidários, sendo perfeitamente utilizada pelas organizações de terceiro setor, assim como a União de Amigos de Rio Claro realiza, quando promove eventos, está sempre presente com repasses através do Facebook e do seu site e possui um bom relacionamento no cotidiano com o município, conforme citado no desenvolvimento da sua história e atividades.

4. SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DA FUNDAÇÃO CASA DE RIO CLARO

O presente capítulo se desenvolve a partir das informações coletadas sobre a Fundação CASA de Rio Claro. No dia 19 de Julho de 2019 foi feita uma visita à Fundação CASA de Rio Claro, com o acompanhamento de Karin Valle Machado (Relações Públicas da Fundação CASA de São Paulo), onde através de conversas com Flavia Correa Mello Costa (Diretora da Fundação CASA de Rio Claro), Renato Franklin (Gerente da Fundação CASA de Rio Claro) e Suelen Vanin (Coordenadora Técnica III da União de Amigos de Rio Claro) puderam embasar os conceitos apresentados.

Primeiramente foi traçado um paralelo sobre o posicionamento do governo atual em relação as parcelas da população que detém de pouca visibilidade de suas causas e necessidades no cotidiano ou até mesmo com uma imagem negativa perante o Estado e a sociedade, cenário que inclui os jovens que passam por medida socioeducativa. Desse modo, é visível nos dias atuais o fato de que nem todos os brasileiros possuem os mesmos direitos aplicados na prática, e como a sociedade da informação, melhor descrita nos capítulos anteriores, cruelmente condena as pessoas através dos meios midiáticos.

Nesse cenário de dificuldades, de início é apresentada a história da Fundação CASA e como começou a gestão compartilhada com a União de Amigos. No desenrolar do capítulo, desenvolve-se toda a estrutura que a União de Amigos possui dentro e fora do sistema de ressocialização para dar suporte ao jovem e sua família e consequentemente, auxiliar na reintegração dentro do mercado, da sociedade e do aumento de sua visibilidade perante o Estado.

No intuito de enriquecer a pesquisa e desenvolver o objetivo geral, foi feita uma entrevista em profundidade com Vagner Luiz Carvalho, interno por duas vezes na Fundação CASA de Rio Claro, que gentilmente se disponibilizou a contar sua história. Além disso, Vagner foi escolhido para embasar este trabalho porque foi uma das motivações a escrevê-lo, uma vez que é um caso reconhecido dentro do município de Rio Claro.

4.1 Governo atual e seu posicionamento sobre a ressocialização

Atualmente o modo de governo sobre principalmente a parcela da sociedade que o terceiro setor disponibiliza suporte, segue a linha de controle como classifica Etzioni (1974 apud CHIAVENATO, 2005, p. 513), onde o Estado age com a função restritiva e coercitiva

Utilizada no sentido de coibir ou restringir certos tipos de desvios indesejáveis ou de comportamentos não aceitos pela comunidade. Nesse sentido, o controle assume um caráter negativo e restritivo, sendo muitas vezes interpretado como coerção, delimitação, inibição e manipulação.

Assim, o poder é imposto por meio de controles baseados em punições ou recompensas, coerção ou até mesmo força física, sendo ela de forma velada ou explícita. Dessa forma, as instituições prisionais são exemplos de organizações coercitivas, assim como a Fundação CASA de Rio Claro, mas é importante ressaltar que por ser um sistema socioeducativo, a Fundação tem por intuito também a ressocialização do jovem infrator, muito mais do que apenas sentenciá-lo e puni-lo.

Conforme consta no site institucional da Fundação CASA:

O atendimento à criança e ao adolescente no Brasil passou por diferentes fases. Antes do advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no entanto, não se diferenciavam os carentes dos autores de atos infracionais. Predominava, no campo teórico, o que se convencionou chamar de Doutrina da Situação Irregular, que pode ser traduzido da seguinte maneira: as crianças e adolescentes não tinham direitos reconhecidos nem assegurados e o atendimento ministrado (geralmente, o confinamento em abrigos e internatos) não levava em conta o pressuposto da preocupação com o estado peculiar do desenvolvimento dos jovens (A Fundação CASA, 2014, online).

A partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, nos anos de 1990, criou-se a Doutrina de Proteção Integral onde as crianças e jovens possuíram a partir de então seus direitos assegurados legalmente. Nessa época, foi entendido que o desenvolvimento de uma criança tanto na sua infância como na sua adolescência é um período fundamental para o seu desenvolvimento como seres humanos dentro de uma sociedade.

Desenvolvido isto, é importante traçar o cenário destes jovens hoje perante o Estado, que vivem sob custódia de uma democracia ilusória, onde é visível como nem todos têm os mesmos direitos aplicados na prática e muito menos, oportunidades de desenvolvimento e fomentos legais da vida social. Conforme desenvolvido por Pereira Lima (2016) os sujeitos dentro de uma perspectiva em conflito com a ordem se tornam uma ameaça ao Estado, porque ameaçam a sua sobrevivência

O *homo sacer*, que é o indivíduo reduzido à “vida nua” – segundo Hannah Arendt (1993), a vida de quem é desprovido do “direito a ter direitos”, situado à margem da cidadania. O *homo sacer* é o indivíduo que qualquer um pode matar impunemente, uma vida sujeita a um poder de morte, exposta ao abandono (AGAMBEN, 2002). É o ser humano reduzido a mero ser vivente, desprovido de qualquer tipo de proteção (SERRANO, 2016, p. 20). (PEREIRA LIMA, 2019, p.6).

Tal construção feita por Pereira Lima (2019), é enriquecida por Ribeiro (2019, n.p):

a dimensão dos direitos, que deveriam ser assegurados mas são cotidianamente violados, é completamente invisível nos debates (...) é como se esses adolescentes fossem os responsáveis pelos crimes mais hediondos que a sociedade vivencia. Ocorre a hipervisibilidade dessa parcela da população justamente como “o pior” da sociedade, como o grupo que seria responsável por todas as mazelas, de um discurso que os coloca como escória e defende a redução da maioria penal e o extermínio dessas pessoas.

Com tudo isso, é possível concluir que os jovens internos dentro da Fundação Casa de Rio Claro, por se tratarem de adolescentes em risco social, conflitantes com a lei, com trajetórias marcadas por dificuldades sociais desde a infância têm sua realidade marcada por alto índice de violência e negação dos seus direitos como cidadãos. Estes são os fatos que atrapalham na reinserção desses jovens no sistema social e assim, como um ciclo, a falta de oportunidades e de visibilidade os tornam alvo e sujeitos novamente da criminalidade.

Dito isto, com o intuito de auxiliar que estes jovens internos e ex-internos da Fundação CASA de Rio Claro tenham seus direitos, principalmente focados no seu desenvolvimento como indivíduos e profissionais, assegurados tanto dentro do sistema socioeducativo, como após sua saída, foi que se criou a gestão compartilhada entre a Fundação CASA de Rio Claro e a União de Amigos de Rio Claro, que será detalhado mais a fundo no decorrer deste capítulo.

4.2 História e dados sobre a Fundação CASA de Rio Claro

Se faz importante traçar a história da Fundação CASA de Rio Claro para compreender todo seu funcionamento atual. Sendo assim, primeiramente, antes da Fundação CASA de Rio Claro ter sido fundada, na região existia o programa de liberdade assistida, onde os jovens que não cumpriam o julgamento dentro da antiga FEBEM em São Paulo (capital) podiam continuar em liberdade mas assistidos pela Justiça, realizando trabalhos sociais para o município e pela União de Amigos de Rio Claro, que prestava assistência psicossocial à esses jovens.

Entretanto, os jovens que eram julgados a cumprir medida socioeducativa dentro da FEBEM, permaneciam longe de suas famílias, que em grande maioria não possuíam recursos para realizar as visitas aos jovens e centralizava o convívio entre diferentes adolescentes de diferentes regiões, e isso dificultava também sua ressocialização após a saída, já que o convívio e o ambiente em que passavam os anos dentro da FEBEM não os auxiliava para a renovação de suas escolhas.

Sendo assim, em 2006, com o intuito de descentralizar e de dar a oportunidade para as famílias ficarem mais perto desses jovens, foi construída a Fundação CASA de Rio Claro. Na época a falta de aceitação da população municipal, por acreditarem que aumentaria a criminalidade na região e a construção do prédio longe da movimentação da cidade era um desafio a ser enfrentado pela administração da Fundação e para os que acreditavam na ressocialização destes jovens.

Desde o seu início, a Fundação CASA de Rio Claro possui a chamada gestão compartilhada com a União de Amigos de Rio Claro, que na época se chamava União de Amigos do Menor. Essa gestão será melhor detalhada no tópico seguinte deste capítulo.

Sendo assim, conforme consta em seu site, a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – CASA

(...) é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania. Tem como função executar as medidas socioeducativas aplicadas pelo Poder Judiciário aos adolescentes de 12 a 21 anos incompletos, que tenham cometido atos infracionais, de acordo com a determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Sua missão é executar, direta ou indiretamente, as medidas socioeducativas com eficiência, eficácia e efetividade, garantindo os direitos previstos em lei e contribuindo para o retorno do adolescente ao convívio social como protagonista de sua história. Sua visão é tornar-se referência no atendimento ao adolescente autor de ato infracional, pautando-se na humanização, personalização e descentralização na execução das medidas socioeducativas, na uniformidade, controle e avaliação das ações e na valorização do servidor. E por último, seus valores são: Justiça, Ética e Respeito ao Ser Humano (A Fundação CASA, 2014, online).

Nessa linha de defesa da cidadania dos jovens e de prepará-los para a sua reinserção dentro do sistema social, foi o motivo para a mudança da nomenclatura FEBEM para Fundação CASA, onde a partir de um planejamento estratégico para a quebra de paradigmas e com o intuito de modificar a imagem que a população tinha desse sistema e principalmente dos jovens, a postura dos profissionais, da administração e consequentemente dos jovens mudou.

Atualmente, a Fundação CASA de Rio Claro possui dentro da medida socioeducativa (dados até a entrevista feita 19 de Julho de 2019), sessenta e quatro jovens, sendo divididos em internação e internação provisória. A internação provisória consiste em hipóteses previstas no artigo 122 da Lei n.º 8.069/90, ou seja, quando “o ato infracional é praticado mediante grave ameaça ou violência à pessoa; pela reiteração no cometimento de outras infrações graves; ou por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta” (a liberdade assistida). Sendo assim, não é permitido que essa internação se estenda mais do que quarenta e cinco dias, os jovens internos não possuem contato com os demais que não estão na provisória e aguardam sua sentença já na medida socioeducativa.

Após a sentença, dentro da internação na medida socioeducativa, os jovens convivem todos juntos no decorrer das atividades do dia, mas são separados em grupos para realizá-las.

4.3 A gestão compartilhada com a União de Amigos

Pode-se dizer que a Fundação CASA de Rio Claro possui um diferencial na questão da assistência ao jovem em medida socioeducativa pois existe a gestão compartilhada com a União de Amigos de Rio Claro. A partir dessa gestão, os jovens têm acesso a assistentes sociais, psicólogos, cursos profissionalizantes com a finalidade de prepará-los ao mercado de trabalho, lazer de qualidade, entre outros, conforme consta no site da UDAM.

A Casa Escola oferece aos adolescentes atividades de cunho pedagógico nas áreas de Educação Formal e Profissional; Arte e Cultura; Esportes; Lazer; Troca de Correspondências; Palestras Educativas; Assistência Religiosa; bem como providências de toda a Documentação Escolar do adolescente. São oferecidos ainda Cursos de Qualificação Profissional Básica nas áreas de alimentação, jardinagem/horta, informática, através do curso "Inclusão Digital e Cidadania" (fruto de uma parceria junto à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"- UNESP), além de capacitação básica em Elétrica Residencial e oficinas culturais como Violão e Tear. Na área da Educação Física, são trabalhadas as oficinas de basquete, futebol e demais jogos de tabuleiro e de mesa, incentivando o convívio dos jovens em grupo. Todas as medidas necessárias para que os adolescentes cumpram suas etapas do Ensino Formal também são observadas e a instrução dos adolescentes está a cargo do quadro dos professores do Estado, os quais estão vinculados à uma Escola da cidade de Rio Claro. No Aspecto da Saúde, a unidade atende os adolescentes por meio de uma equipe de Enfermeiros e Dentista. No aspecto psicossocial, a equipe de psicólogos e assistentes sociais, atende não só os adolescentes, mas também suas famílias. Os adolescentes também recebem assistência religiosa por meio de Igrejas que colaboram com o projeto. (UDAM - CASA ESCOLA, 2016, online).

Desse modo, a partir de uma visita guiada à Fundação CASA de Rio Claro, foi possível sanar algumas dúvidas e desenvolver melhor a rotina do jovem e em como dentro da medida socioeducativa ele é guiado a refazer suas escolhas e se reinserir na rotina social após sua saída. Dentro dessa finalidade, são realizados cursos profissionalizantes dentro da qualificação profissional básica, conforme citados anteriormente. No dia da visita, os cursos que estavam sendo disponibilizados aos jovens eram realizados em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Rio Claro (SENAC), sendo eles Rotina de Estoque, Jardinagem, Preparo de Hambúrgueres, Pizzas e Bebidas não-alcoólicas.

Conforme consta no cronograma, disponibilizado pela Fundação CASA, todos os dias os adolescentes possuem aulas no ensino formal básico, com os professores, datas e ensino atrelados a rede pública. Anexo encontra-se a rotina cotidiana dos jovens na Fundação CASA de Rio Claro (Anexo A).

Além disso, é mister destacar a importância e a diferença que se constrói a partir dessa gestão compartilhada. Pode-se concluir que o jovem deixa a medida socioeducativa muito diferente de como entrou, visando o contexto visual, como também de personalidade. Visualmente, ele cuida da sua saúde, através de dentistas, médicos e enfermeiros, além de uma completa alimentação.

No quesito personalidade, conforme destacado no capítulo um, no tópico imagem e identidade, a auto-imagem desse jovem é de extrema importância para a construção da sua personalidade e consequentemente da sua imagem pública favorável quando volta ao sistema social. Para estimular a auto-imagem positiva, a UDAM, dentro da medida socioeducativa promove atendimento com assistente social, que os acompanha duas vezes por semana, mas se necessário, atende em outros dias também. Quando não possuem o atendimento com assistente social, eles passam pelo atendimento psicológico. Esses profissionais, junto com a direção realizam uma reunião por semana, para conversarem sobre o desenvolvimento do adolescente.

Portanto, são realizadas diversas atividades para o desenvolvimento desse jovem, contribuindo assim a aplicação prática do direito ao esquecimento, dentro e fora da medida socioeducativa. Enquanto o jovem é um interno, a UDAM acompanha sua família, assistindo psicossocialmente, inclusive quando ele está próximo da saída, na tentativa de mudar a realidade das relações que antes da internação ele estava inserido.

A partir do momento em que ele sai, a UDAM também possui a responsabilidade de acompanhá-lo, oferecendo além da assistência psicossocial, a continuidade no desenvolvimento profissional, com cursos oferecidos na própria sede, além da oportunidade aos que se destacam em atuar na equipe, como o de Vagner Luiz Carvalho, que esteve duas vezes, quando

adolescente, dentro da medida socioeducativa e hoje atua como professor em um dos cursos dentro da UDAM.

4.3.1 Análise da entrevista

Foi realizada uma entrevista com Vagner Luiz Carvalho a fim de embasar o estudo sobre o relacionamento da UDAM com os jovens que estão dentro desse sistema de internação e posteriormente, a reinserção na sociedade. A análise das respostas obtidas através desta entrevista é apresentada a seguir. Sendo assim, foram aplicadas as seguintes questões:

1. Quanto tempo você passou dentro da Fundação CASA de Rio Claro?

Vagner passou duas vezes pela medida socioeducativa, sendo a primeira em 2008, com dezesseis anos, permanecendo por sete meses e a segunda em 2009, com dezessete e completou dezoito, quando ficou um ano e quatro meses. Segundo seu relato, ele acredita que tenha sido o jovem que permaneceu mais tempo dentro da medida, pois o máximo de desenvolvimento dentro da Fundação CASA é no período de um ano. Entretanto, Vagner tinha mau comportamento e segundo ele, por esse motivo a segunda internação se estendeu tanto.

2. Dentro do tempo de internação você realizou algum curso profissionalizante?

Os cursos dentro da internação foram um diferencial na vida de Vagner, para que posteriormente tivesse ricas oportunidades profissionais, o que segundo ele, foi o motivo para que não se envolvesse novamente no meio em que saiu. Dessa forma, ele realizou cursos de elétrica/hidráulica, informática, empreendedorismo e por fim, o mais importante, panificação.

3. Se sentir à vontade, comente como era o cotidiano dentro da Fundação CASA de Rio Claro.

Nessa pergunta Vagner relatou como eram fortes os laços afetivos dentro da Fundação. Relembrou que fez grandes amigos, mantendo contato com alguns até hoje, e principalmente amigos colaboradores da UDAM, que posteriormente abriram portas profissionais a ele.

Além disso, foi comentado que dentro da internação ele desenvolveu o contato com a sua espiritualidade e após sua saída o motivou a procurar a igreja evangélica, que foi morada de todo seu crescimento espiritual, segundo ele.

Desse modo, Vagner relatou que amadureceu muito rápido nos meses em que estava em medida socioeducativa, auxiliando assim, sua mudança de escolhas após a saída. Ademais, ele comenta que

Eu vou falar a verdade, se eu não tivesse esses cursos no meu currículo com certeza eu tinha ficado para trás na entrevista. Então quando eu saí eu tinha vários cursos, de elétrica, eu tinha dois cursos, então eu tinha o que eu fiz e o que eu tinha ficado de instrutor. Então quando eu fui fazer a entrevista, ele tem informática, tem curso de panificação e confeitaria, então assim, foi um divisor de águas pra mim. Sou muito grato a UDAM, eu falo que é um privilégio fazer parte desse trabalho, em fazer parte dessa geração, poder compartilhar o conhecimento. Conhecimento adquirido ele não tem preço, né? Ninguém rouba, ninguém tira (CARVALHO, 2019).

4. Como era a relação com os profissionais da UDAM dentro da Fundação CASA de Rio Claro?

Conforme citado acima, Vagner relata que foi a partir do relacionamento com os profissionais da UDAM dentro da Fundação CASA que ele posteriormente teria grandes oportunidades profissionais, que serão detalhadas nas próximas perguntas. Dessa forma, ele cita que "por termos passado momentos de dificuldade juntos, cria-se um vínculo maior".

5. Após sua saída, como a UDAM auxiliou para que você voltasse à vida profissional?
6. Comente sobre sua trajetória profissional após a saída da Fundação CASA de Rio Claro.

Essas duas perguntas serão respondidas juntas, pois uma tem forte relação com a outra. A trajetória profissional de Vagner é um exemplo de superação que ficou conhecido tanto dentro da UDAM e da Fundação CASA de Rio Claro, como também se expandiu para todo o município, o que inclusive o fez virar palestrante sobre o assunto.

Seu primeiro trabalho registrado foi em decorrência do curso de Elétrica e Hidráulica que realizou dentro da Fundação CASA de Rio Claro, em uma empresa do ramo dentro do município. Logo após, trabalhou na famosa padaria da cidade, a Padaria Copacabana, onde desenvolvia o trabalho de padeiro, permanecendo por três anos dentro da organização, e assim, pode se desenvolver e como ele mesmo relatou que "dominava a profissão". Logo começou a se destacar no ramo e por isso, trabalhou em outras padarias e também em buffets.

Se eu colocar dez adolescentes um do lado do outro e fizer uma aposta com alguém que algum deles vão querer ser padeiro, provavelmente eu vou perder muito fácil. Um adolescente hoje ele não quer, ele não quer ser padeiro, então assim, quem está na área, está sendo valorizado. E eles valorizam e valorizam muito (CARVALHO, 2019).

Sendo assim, Vagner se tornou destaque na região quando trabalhava na Padaria Altarujo e criou seu pão recheado de leite ninho, chamado de "bolinha de leite ninho" que conquistou o gosto do público municipal.

Entretanto, seu sonho era trabalhar como bombeiro e por conta disso, fez o curso de bombeiro mirim e se desenvolveu profissionalmente por três anos na cooperação militar. Para que continuasse na carreira, seria necessário transferência de cidade, mas na época ele relatou que era recém-casado e estava com propósito de desenvolver sua família. Sendo assim, encerrou sua experiência dentro desse segmento.

Outras oportunidades surgiram e com elas o curso de corretor de imóveis, onde trabalha até os dias atuais. Além disso, ele foi convidado pelo vice-presidente da União de Amigos de Rio Claro, a fazer parte do time de professores dos cursos oferecidos dentro do espaço UDAM+, ministrando aulas do Curso de Panificação e Pizzaiolo, com seis meses de duração, promovido para dezenas de crianças, jovens e idosos.



UDAM - União de Amigos

1 de outubro às 13:52 · 🌐

...

Nosso Curso de Panificação a todo vapor. Capacitando para o sucesso!



UNIÃO DE AMIGOS

Rio Claro - SP
Fundada em 18 de abril de 1964

PARCERIA COM:

SECRETARIA DO
**DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**

**PREFEITURA DE
Rio Claro**

Rotary
Club de Rio Claro

**Mercado
Qualidade**

Inclusão Produtiva
Processo: 119/2018



*Figura 4 - Post do Facebook da UDAM sobre o Curso de Panificação
Fonte: Página do Facebook da UDAM, 2019*

7. Somente caso sentir-se à vontade, comente como a União de Amigos te ajudou também na vida pessoal.

Através de todas as oportunidades dadas pela UDAM e pela autonomia que ela desenvolveu a partir dos cursos profissionalizantes oferecidos, foi que, segundo Vagner, ele teve a consciência de fazer outras escolhas. Para ele, a UDAM consegue remover o jovem da sua realidade, que é muitas vezes, marcada pelo relacionamento difícil com a família, a falta de visibilidade profissional e a exclusão que o mesmo sente perante a sociedade e o Estado.

Dessa mesma forma ele comenta que, a partir do curso de panificação que realizou dentro da Fundação CASA através da oportunidade desenvolvida pela UDAM que "então eu consegui comprar minha casa, comprei minha moto, comprei meu carro. Fui conquistando meu espaço dentro da sociedade." (CARVALHO, 2019)

8. Comente os desafios que enfrentou após a saída da Fundação CASA de Rio Claro.

Segundo Vagner, seu maior desafio após a saída da Fundação CASA de Rio Claro foi o retorno à família desestruturada, que por sua vez, possuía um pai viciado em drogas e os demais não aceitando sua volta e não acreditando no seu potencial de fazer novas escolhas. Entretanto, para ele foi o que motivou a se desenvolver profissional e pessoalmente, pois relata que no momento de maior dificuldade que passou, foi o que acendeu forças para conseguir prosseguir.

Além disso, ele teve grande apoio da Igreja Evangélica Nazareno de Rio Claro, onde se desenvolveu espiritualmente e por conta disso, seu processo de mudança foi ainda maior. Vagner passou de um jovem viciado em drogas e que estava envolvido no mundo da criminalidade para evangelizador em praças da cidade. Dessa mesma forma, pela sua experiência de vida, ele tinha por objetivo tentar mudar a realidade das pessoas moradoras de rua através de palavras de conforto, carinho e que as motivassem a mudar o estilo de vida e conseguiu que seu pai também se afastasse das drogas.

Atualmente, Vagner também possui um projeto de evangelização dentro da Fundação CASA de Rio Claro aos finais de semana, demonstrando com sua própria trajetória a possibilidade de ter seu direito ao esquecimento aplicado na prática.

9. Como foi a contratação dentro da União de Amigos de Rio Claro?

Após a criação da sua famosa "bolinha de leite ninho", a UDAM que sempre acompanhava o seu desenvolvimento e pelo forte laço que ainda existe entre o Vagner e os profissionais da UDAM, o vice-presidente da organização, que já conhecia toda a trajetória do Vagner, fez o convite para que ele ministrasse as aulas do curso de Panificação e Confeitaria.

10. Atualmente você trabalha na União de Amigos? Comente sobre as tarefas que realiza.

Hoje, Vagner é professor do curso de Panificação e Confeitaria, além de realizar o trabalho de evangelização aos finais de semana dentro da Fundação CASA de Rio Claro.

Ao fim, ele resume toda sua trajetória profissional em uma palavra, oportunidade, e frisa que a UDAM foi um "divisor de águas" em sua vida, conforme relata

Se eu conseguisse resumir tudo seria na palavra oportunidade, porque é isso que a UDAM faz, ela dá oportunidade. A vida ela é feita de oportunidade, e eu abracei a oportunidade, porque às vezes você dá oportunidade para a pessoa, mas ela não abraça. Eu abracei a oportunidade (CARVALHO, 2019).

E adiciona que "com certeza se eu tivesse continuado (na vida anterior) eu não estaria aqui para contar essa história" (CARVALHO, 2019).

Este caso de Vagner e de outros que ficaram conhecidos dentro do município, foram as motivações deste trabalho e do levantamento sobre o tema. É de suma importância que camadas da sociedade que estão em situação de vulnerabilidade social tenham também seu enfoque dentro das pautas de discussões governamentais e de desenvolvimento social do município.

Por conta disso, entende-se que o profissional de relações-públicas dentro do terceiro setor tem grande importância na questão do intermédio de interesses e de aumentar a visibilidade das demandas desses grupos sociais através de certas estratégias de comunicação. O caso de Vagner Luiz Carvalho mostra como a junção entre imagem pública favorável e comunicação alinhados com direitos importantes para a vida cotidiana, como o direito ao esquecimento, podem mudar o curso de vida de uma pessoa, principalmente de um jovem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho foi possível compreender que dentro da sociedade da informação com a grande troca de informações e o relacionamento dentro dos meios midiáticos, perdeu-se a capacidade de controlar o que diz a respeito de cada indivíduo, podendo assim ser um fator negativo na construção da identidade e imagem-pública. Além disso, as informações midiáticas apresentam a opção de tornar fatos do passado eternamente vinculados ao presente, e a "segundas-chances" praticamente impossível (COSTA, 2013).

Sendo assim, o direito ao esquecimento possui sua importância pouco visível dentro da sociedade da informação, já que as informações midiáticas tendem a perpetuidade e são sempre de fácil acesso. Dessa forma, dentro do cenário dos jovens internos da Fundação CASA de Rio Claro, se torna ainda mais desafiador os reinserir no mercado de trabalho e na sociedade, uma vez que serão várias vezes julgados por erros que já foram encerrados no passado. Portanto, se faz necessário para o desenvolvimento desses jovens que este direito seja aplicado na prática e é nesse contexto que a União de Amigos de Rio Claro trabalha dentro da gestão compartilhada com a Fundação CASA de Rio Claro.

Baseado nos relatos sobre a vivência de Vagner Luiz Carvalho e nas conversas realizadas na visita guiada dentro da Fundação, foi visível como os cursos profissionalizantes e o desenvolvimento do jovem dentro da medida socioeducativa, estimulam a auto-imagem e o desenvolvimento da sua verdadeira personalidade, não aquela anterior marcada por todas as dificuldades pessoais enfrentadas, mas a personalidade de um jovem que está iniciando sua vida adulta.

No cenário que o terceiro setor faz suporte ao primeiro setor, é um caminho de sucesso para a reinserção dos jovens já que dentro da medida socioeducativa, os cursos profissionalizantes e o ensino médio regular, os formam como profissionais de qualidade e o atendimento psicopedagogo disponibilizado, auxilia na sua auto-estima e na formação no desenvolvimento pessoal. Ademais, um ponto importante dentro da gestão compartilhada é que a União de Amigos de Rio Claro, faz o apoio ao jovem e sua família, dentro dos meses de internação e após sua saída, para que seja evitado o cenário de vulnerabilidade social.

O atendimento às famílias desses jovens é fundamental para sua reinserção no sistema social, já que o contexto da grande maioria, é de famílias desestruturadas, que não estão dispostas a receber novamente esses jovens nos lares, e assim, se a família, a sociedade e o Estado não o acolhem, conseqüentemente ele voltará à sua vida anterior, que o fez entrar para a Fundação CASA. Portanto, nesse cenário o atendimento de uma organização de terceiro setor,

que faz intermédio entre essas relações e presta toda atenção e suporte à essas comunidades em situação de vulnerabilidade social, é primordial.

Atualmente, de acordo com levantamentos publicados no site da Fundação CASA, são cento e quarenta e nove centros socioeducativos no estado de São Paulo, sendo vinte e três deles somente que possuem a gestão compartilhada com uma organização de terceiro setor.

Sendo assim, é possível concluir, tendo como base o exemplo aqui retratado do ex-interno Vagner, que aquelas unidades com esse relacionamento entre os dois setores, Estado e terceiro setor consequentemente, a princípio terão casos de reincidência menores, uma vez que o desenvolvimento e o apoio aos jovens e suas famílias são maiores. Nesse contexto, abre-se espaço para uma futura pesquisa, onde com base em dados numéricos e empíricos será possível verificar a quantidade de casos de reincidência e fazer um paralelo sobre as gestões compartilhadas com as não compartilhadas.

Cabe ressaltar também que aprofundando mais sobre o tema, poderá ser desenvolvido como uma organização de terceiro setor pode suprir os déficits deixados pelo Estado brasileiro, uma vez que essas organizações estrategicamente surgiram para suprir as necessidades de comunidades que possuem pouco desenvolvimento e consequentemente, seus direitos pouco aplicados na prática.

Com tudo isso, é importante concluir que as estratégias de comunicação da organização de terceiro setor precisam estar alinhadas com seus objetivos de visibilidade, assistência e acessibilidade, já que seus insumos são coletados por doações da sociedade e do Estado, precisa-se conhecer todo a região que a organização está inserida para prestar o atendimento necessário as comunidades, principalmente as distantes do centro da cidade, e ser acessível para que todos saibam sobre os projetos e eventos realizados, cativando assim todo o município.

Sendo assim, a UDAM, no papel de uma organização de terceiro setor, age perfeitamente alinhada as suas estratégias, tanto nos meios midiáticos, com portal de transparência e diariamente, com publicações na sua página do Facebook sobre os cursos em andamento e sobre as oportunidades da região.

Dentro da comunicação no cotidiano, tem um bom relacionamento dentro da cidade, age com transparência perante todos os públicos, sendo de fácil acesso tanto seus eventos, a sede, os projetos, como administrativamente, já que todos os diretores estão sempre presentes na organização, se necessário. Entretanto, o fator mais importante é que ela desenvolve a mudança de cenário de vida para aqueles que precisam do seu auxílio, como no caso de Vagner Luiz Carvalho.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Sérgio. **Memória e esquecimento na internet**. Série Pautas em Direito, 2017.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Elsevier Brasil, 2004.

BUBLITZ, Michelle Dias; PEZZELLA, Maria Cristina Cereser. **Pessoa como sujeito de direitos na sociedade da informação: um olhar sob a perspectiva do trabalho e do empreendedorismo**. Sequência (Florianópolis) no.68 Florianópolis jan./jun., 2014

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. **Principais julgados do STF e do STJ comentados**. Manaus: Dizer o Direito, 2014.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**; Conferência. Belém (Por) : Imprensa Nacional, 2005.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**. 6ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. São Paulo : Futura, 1998.

EUSTÁQUIA, Michelly do Carmo; GUIZARDI, Francini Lube. **O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social**. Brasília, 2018.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Capítulo 1: O Terceiro Setor na América Latina**. Editora Relume, 1994.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Comunicabilidade na rede: chances de uma alteridade medial**. 2012.

FUNDAÇÃO CASA. **Quem Somos. Fundação CASA**. Disponível em: <<http://www.casa.sp.gov.br/site/paginas.php?sess=1>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. 1992

LIMA, Rafaela Pereira. **Caminhos entre o sujeito invisível e o fantasma hipervisível: desafios da construção de condições de publicidade por e para adolescentes em conflito com a lei**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2019.

LOPES, Lucas Guglielmelli; LOPES, Matheus Guglielmelli. **Direito ao esquecimento**. Jornal Eletrônico das Faculdades Integradas, 2015.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. Trad. de Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005.

MARTINEZ, Pablo Dominguez. **Direito ao esquecimento** - A proteção a memória individual na sociedade da informação. Lumen Juris, 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. Editora Saraiva. 7a Ed. 2012. Brasil.

MORAIS, Alexandre de. **Direito constitucional**. 12a ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 80.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 1ª ed., São Paulo: Saraiva, 2007.

NAPOLITANO, C; STROPPIA, Tatiana. **O Supremo Tribunal Federal e o discurso de ódio nas redes sociais**: exercício de direito versus limites à liberdade de expressão. Revista Brasileira de Políticas Públicas, 2017.

RAMOS, André Carvalho. **Teoria Geral dos Direitos Humanos na ordem internacional**. São Paulo: Saraiva, 2013.

REVISTA ORGANICOM. **Comunicação, Relações Públicas Comunitárias e Terceiro Setor**. 2017.

RULLI, Júnior; RULLI, Neto. **Direito ao esquecimento e o superinformacionismo**: apontamentos no direito brasileiro dentro do contexto de sociedade da informação. Revista Esmat, Palmas, Ano 5, nº 6, pag. 11 a 30 - jul/dez 2013.

SILREIBER, Anderson. **Direito e Mídia**. Ed. Atlas, 2013.

SIMÕES, Porto. **Relações Públicas: Função Política**. 1995

UDAM. **ESTATUTO UDAM**. Disponível em <<http://udam.org.br/assets/files/estatuto.pdf>> Acesso em: 16 out. 2019.

VIEIRA, Tatiana Malta. **O direito à privacidade na sociedade da informação**: efetividade desse direito fundamental diante dos avanços da tecnologia da informação. Brasília, 2007.

WERTHEIN, Jorge. **A sociedade da informação e seus desafios**. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

ZIMMER, Greice Maria. **Direito ao esquecimento**: os reflexos nos meios de comunicação e nos sistemas jurídico e político. Bauru, 2018.

ANEXO A - Rotina dos internos da fundação casa de Rio Claro

AGENDA MULTIPROFISSIONAL - CIP CICLO II - 2019						
CASA Escola Rio Claro						
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
07:00-21:00						
06:50-07:20		Atendimento de Enfermagem				Despertar/Higienização (08:30-09:00)
07:20-07:50		Despertar/Higienização				
07:50-10:00		Desjejum				Desjejum (09:00-09:30)
10:00-10:20		Projeto Exporando o Currículo				Limpeza (09:30-11:30)
10:20-11:40		Lanche Escolar				
11:40-13:20		Projeto Exporando o Currículo				Almoço (11:30-12:30)
Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
13:00-19:00	Atendimento Assistente Social	Atendimento Assistente Social	Atendimento Psicológico	Atendimento Psicológico	Atendimento Psicológico	Plantão Pedagógico (10h às 16:15h) e Psicólogo (09h às 12hs)
13:00-13:30						
13:30-15:00						
13:30-15:00	Projeto Exporando o Currículo	Projeto Exporando o Currículo	LAZER	Projeto Exporando o Currículo	Educação Física (13:40 às 15:10hs)	VISITA DE NAMORADA (1º E 3º) 13:00-14:00
15:00-15:10	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo		
15:10-16:50	Projeto Exporando o Currículo	Projeto Exporando o Currículo	CARTAS	Projeto Exporando o Currículo	GRUPO OPERATIVO	VISITA DE FAMILIA (09:00-12:00)
15:00-17:30						ATIVIDADE LIVRE - AASE 13:00-17:00
13:30-15:30						ATIVIDADE LIVRE - AASE
16:00-17:30						
17:30-18:00						
16:00-17:00						
17:00 - 19:00	Reunião Setor Psicossocial	Reunião Setor Pedagógico	Discussão Caso	Discussão Caso	Discussão Caso	ATIVIDADE LIVRE - AASE
18:00-19:30	LAZER	LAZER	LAZER	LAZER	LAZER	
19:00 - 20:30	Educação Física					
20:30						
21:00						

ANEXO B - Termo de autorização de entrevista e de uso de informações



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Bauri



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA E DE USO DE
INFORMAÇÕES

Eu, Suelen Vanin, abaixo assinado(a), autorizo **Beatriz Rotolo**, estudante de **Relações Públicas**, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da UNESP/Bauri, a realizar entrevista e utilizar as informações por mim prestadas, através de entrevista oral, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título **Direito ao esquecimento dos internos e ex-internos da Fundação CASA de Rio Claro: o relacionamento da União de Amigos de Rio Claro com os jovens e que está sendo orientado pelo Prof. Assoc. Carlo José Napolitano.**

Rio Claro, 23 de Setembro de 2019.

Suelen Vanin
Nome do entrevistado e assinatura



Suelen Fernanda Vanin
Coordenadora Técnica II
União de Amigos URAM

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação
Departamento de Ciências Humanas
Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01 - Vargem Limpa
Bauri - SP - Brasil
Fone: (11) 3400-0000

ANEXO C - Termo de autorização de entrevista e de uso de informações



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Bauru



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA E DE USO DE
INFORMAÇÕES

Eu, Jaqueline da Silva Carvalho, abaixo assinado(a), autorizo **Beatriz Rotolo**, estudante de **Relações Públicas**, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, da UNESP/Bauru, a realizar entrevista e utilizar as informações por mim prestadas, através de entrevista oral, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título **Direito ao esquecimento dos internos e ex-internos da Fundação CASA de Rio Claro: o relacionamento da União de Amigos de Rio Claro com os jovens** e que está sendo orientado pelo Prof. Assoc. Carlo José Napolitano.

Rio Claro, 23 de Setembro de 2019.

Jaqueline da Silva Carvalho
Nome do entrevistado e assinatura

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação
Departamento de Ciências Humanas
Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01 - Vargem Limpa
Bauru - SP - Brasil